

# Reflexões feministas sobre a eleição presidencial no Brasil em 2022

Carolina Alvim de Oliveira Freitas<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

Este texto termina de ser escrito na última semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Podemos dizer, de pronto, que desde o fim do agosto há uma alargada sensação na imprensa, nas redes sociais e nos balcões de padarias de que a misoginia bolsonarista, em episódios variados no curso da disputa eleitoral, mudou a dinâmica temática da campanha para Bolsonaro e também para as demais candidaturas, não obstante a cuidadosa engenharia de *media training*, frases de efeito para vídeos editados, fortes sedativos e o apagamento ensurdecido dos temas que atualmente assolam as mentes e as barrigas de várias dezenas de milhões de pessoas no país.

As “questões das mulheres” se tornaram, a partir do debate na Rede Bandeirantes em fins de agosto, um elefante catártico adentrando uma sala de cristais onde jantavam os protoestrategistas e demais especialistas. Eis alguns relances de expressões das candidaturas no debate mencionado, em 28 de agosto de 2022: “Vera, você só pensa em mim à noite”, “Você é uma vergonha para o jornalismo”, “Você é uma vergonha para o senado”; “As mulheres brasileiras me amam”; “Cadê a solidariedade a Nise Yamaguchi na CPI?”; “Por que você odeia tanto as mulheres?”; “Só uma mulher pode arrumar a casa e cuidar do Brasil”; “Olha o voluntariado feito pela primeira-dama”; “Tem homem que é tchutchuca com outros homens e tigrão com as mulheres”; “Sua empregada doméstica viu”; “A função da sua ex-mulher em campanha era dormir com você”; “Não posso prometer cota de mulheres para a composição ministerial”; “Fiz política para as mulheres sem marido”; “As mulheres são pacificadoras”; “Lei Maria da Paz [sic] para combater estupros”.

Sem pestanejos, o assunto “mulheres” já vinha assíduo nas últimas semanas de agenda política dos candidatos, ao se mostrar, pesquisa após pesquisa, mês após mês, como um dos principais perfis de corte eleitoral que inviabilizaram um crescimento mais competitivo de Bolsonaro em intenção de voto e que até mesmo o fizeram cair nas últimas pesquisas, junto com a faixa de renda de “até dois salários mínimos” e com a “região Nordeste”<sup>2</sup>. A exaltação grotesca do presidente, que marcou o bicentenário da independência com o grito “imbrochável”<sup>3</sup>, ocorreu como uma expressão da misoginia quase involuntária, atrapalhando ainda mais os planos de ressituação de sua campanha para atrair o voto feminino. Mesmo com a megaoperação do Auxílio Brasil, mesmo com a força centralizadora para orientação do voto das grandes igrejas pentecostais,

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Reinaldo. Pobres, mulheres e nordestinos dão sova em Bolsonaro. *Portal UOL*, 02.09.2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2022/09/02/datafolha-2-pobres-mulheres-nordestinos-e-mineiros-dao-sova-em-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 30.09.2022.

<sup>3</sup> GALVANNI, Giovanna; VINHAL, Gabriela. Bolsonaro puxa coro de imbrochável e compara mulheres: 'Procurem princesa'. *Portal UOL*, 07.09.2022.

Bolsonaro não cresceu satisfatoriamente entre as mulheres, com preponderância, entre as mulheres pobres. Há uma fácil explicação que descreve, mas talvez não enxergue como deveria, do que se trata a oposição do eleitorado pobre feminino a Bolsonaro nos seus sentidos históricos e políticos.

Vale, antes, a lembrança de que a eleição de Bolsonaro em 2018 já marcava uma discrepância muito incomum entre o comportamento do voto feminino e masculino durante as pesquisas de intenção, mesmo que o resultado tenha demonstrado uma ligeira diferença entre as mulheres que preferiram Bolsonaro em relação àquelas que votaram em Fernando Haddad (42% a 41%, respectivamente)<sup>4</sup>. Embora desde 2002 as mulheres sejam a maioria das pessoas aptas a votar, também neste ano de 2022, em razão da forte adesão aos novos títulos eleitorais, aumentaram sua maioria, saindo de 51% para 53% dos votantes<sup>5</sup>. Também são as mais indecisas, ou seja, aquelas que definem o voto mais próximo da data de votação<sup>6</sup>, sobretudo as mulheres evangélicas, que são muito mais indecisas comparativamente aos homens evangélicos<sup>7</sup>.

Por tudo isso, a guerra implícita – que já estava em curso antes do debate da Bandeirantes – foi escalada. De um lado, a mobilização antifeminista religiosa acionada pela campanha bolsonarista, destacando a simbologia portada por Michelle Bolsonaro<sup>8</sup>, e, de outro, a evocação de Lula sobre a realidade das “Donas Lindus”, mães pobres brasileiras (na relação de suas falas públicas que remeteram ao custo de vida e sobre a violência doméstica<sup>9</sup>). Tal fato pode ser facilmente verificada nas últimas inserções televisivas de todas as candidaturas, nas quais predominam filmes de rostos femininos comuns e das respectivas esposas dos candidatos homens, que, por sua vez, narram propostas para mulheres<sup>10</sup>. Sobre o papel de Simone Tebet e Soraya Thronicke neste momento da disputa, comentarei mais adiante.

As últimas semanas que antecederam o pleito há quatro anos foram marcadas pelo maior movimento de massas desde junho de 2013 no país. Milhões de pessoas saíram às ruas em mais de cem cidades brasileiras para se oporem a um candidato. Foi a primeira vez que uma mobilização de amplitude nacional em momento de eleição se insurgiu em razão da oposição, e não de reforço, a um candidato. Na proa das grandes manifestações de recusa, coletivos, movimentos, partidos e sindicatos asseguravam a convocação pelas redes sociais e em plenárias presenciais amplas e democráticas, fiando

---

<sup>4</sup> BRAMATTI, Daniel. Bolsonaro também ganhou entre as mulheres, diz Ibope. *O Estado de São Paulo*, 06.10.2018.

<sup>5</sup> Eleições 2022: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. *Portal do Tribunal Superior Eleitoral*, 18.07.2022.

<sup>6</sup> LO PRETE, Renata. Podcast ‘O Assunto’, 02.09.2022. Episódio: Por que o voto feminino será decisivo. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/1nTkZANJgS32s83G7JHU0O>>. Acesso em: 30.09.2022.

<sup>7</sup> BALLOUSSIER, Anna Virginia; BOGHOSSIAN, Bruno. Mulheres evangélicas impedem que Bolsonaro vá melhor nas igrejas. *Folha de São Paulo*, 08.10.2022.

<sup>8</sup> WETERMAN, Daniel. Michelle Bolsonaro despontam entre influenciadores e vira trunfo eleitoral. *Portal UOL*, 29.08.2022.

<sup>9</sup> BRITO, Ricardo. Em aceno ao eleitorado feminino, Lula defende recriar o Ministério da Mulher. *Isto É Dinheiro*, 03.09.2022.

<sup>10</sup> ARCANJO, Daniela; PASSOS, Paulo. Lula, Bolsonaro e Ciro miram voto de mulheres e mostram esposas na propaganda. *Folha de São Paulo*, 04.09.2022.

assim um processo novo das lutas sociais no Brasil, dirigido por mulheres – o que certamente já era frequente na história, mas que se viu, daquela vez, convocado pelo movimento feminista como um sujeito politicamente declarado<sup>11</sup>.

### O feminismo no Brasil e na América Latina

Embora haja um reforço memorial apenas da capacidade digital do feminismo organizador do *Ele Não*, da transformação da *palavra de ordem em hashtag*, e do que algumas opiniões convencionaram chamar “quarta onda feminista da internet” ou “cyberfeminismo”, não é demais aventar que os dispositivos informacionais que deram contornos imprescindíveis à organização e ao chamado às ruas naquela ocasião em 2018 não eram passes de mágica algorítmica e foram precedidos por um processo histórico que, penso, ainda não conseguimos alcançar na sua devida repercussão. Estou me referindo especificamente ao contágio feminista internacional (e, sobretudo, transnacional, porque simultaneamente compartilhado além-fronteiras), a partir da massificação de enfrentamentos populares com identidade feminista durante os anos 2010 ao redor do planeta, com nascimento registrado na América Latina<sup>12</sup>.

Listo grosseiramente aqui algumas das marcações deste período na região: o movimento *Ni Una a Menos* na Argentina e a *Primavera Feminista* contra o projeto de recrudescimento da criminalização do aborto patrocinado por Eduardo Cunha no Brasil em 2015; o *#NosotrasParamos* no contexto da greve internacional de mulheres a partir de 2016 e o movimento de *Pañuelos Verdes*, que se transnacionaliza como identidade de uma luta continental, e se dá em intensidade, além da própria Argentina, no movimento pela legalização do aborto no Chile, na Colômbia e no México, que avançaram em conquistas recentes nestes países; o 8 de março que renunciou a greve geral no Brasil contra o governo Temer em 2017; a onda de ocupações feministas nas universidades no Chile em 2018; o *paro nacional* na Colômbia em 2018 sob a bandeira contra a violência de gênero; o *Ele Não* no Brasil em 2018; e o *Estallido* no Chile em 2019, depois de uma forte mobilização feminista em março do mesmo ano, sob rescaldo do *Mayo Feminista* do ano anterior. Para não cometer as injustiças historiográficas sobre

---

<sup>11</sup> Vale dizer que o apelo social do movimento *Ele Não*, dois anos depois, ampliado pelo desgaste de setores populares e médios com o governo Bolsonaro durante a pandemia, ao mesmo tempo prejudicado pela objetividade da própria situação sanitária, se revigorou com a organização de atos pelo do movimento negro, a partir de maio de 2021, de denúncia do massacre do Jacarezinho no Rio de Janeiro. A denúncia do massacre abriu uma sequência de mobilizações de rua de maio a outubro de 2021. De certo modo, o *Ele Não* se converteu na Campanha *Fora Bolsonaro*, frente da esquerda que operou esta sequência de atos sob a exigência de deposição do presidente.

<sup>12</sup> Sobre este assunto, ver: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo Editorial, 2019; GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020; e MENCATO, Stephany; OLIVEIRA, Renata Peixoto. *Onda Lilás, Lenços Verdes e Ele não: mulheres pela democracia*. In: TONATTO, Regiane Cristina; OLIVEIRA, Renata Peixoto. (Orgs). *Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas*. Foz do Iguaçu: Editora CLAEAC, 2020.

as quais aqui também se reclama, devem ser lembrados os feminismos comunitários do continente que organizam mulheres no campo e na floresta por meio da organização indígena e camponesa, enfrentando grandes disputas contra o neoextrativismo do superciclo das *commodities* nos anos 2000, como as mulheres na Bolívia, na Colômbia, no Chile, na Guatemala, entre outros países, e que revela um *ecofeminismo da sobrevivência* em desdobramento na região<sup>13</sup>.

Há uma transição histórica contemporânea entre os feminismos como vanguardas políticas e os feminismos como fenômenos comportamentais de massa, inclusive assimilados pelas formas neoliberais de gestão, mas, nesta mudança, estas acepções caminharam e se desdobraram juntas. É possível dizer que a contraposição política e social aos sentidos do feminismo nesta trajetória também é um complexo que guarda pelo menos dois processos entrecruzados: o primeiro deles é a segunda rodada de rebaixamento econômico neoliberal, sobretudo após a crise financeira de 2008, e a consequente ressituação da América Latina na divisão internacional do trabalho, especialmente a partir do superciclo das *commodities* que vigeu mais ou menos de 2000 a 2015, reconfigurando a dependência financeirizada do continente. O segundo é o neoconservadorismo ascendente no mesmo período, profundamente associado à derrocada da “onda progressista” de governos de esquerda a partir do final da década de 2000, quando tiveram lugar o golpe contra Zelaya em Honduras em 2009, a deposição de Fernando Lugo no Paraguai em 2012, de Dilma Rousseff no Brasil em 2016, de Evo Morales na Bolívia em 2019, afora a tentativa de golpe na Venezuela em 2019, a eleição de Maurício Macri na Argentina em 2015, de Ivan Duque na Colômbia (bem como a vitória do “não” no plebiscito sobre a paz com as FARC), e de Sebastián Piñera no Chile em 2018, além de, é claro, da chegada ao poder de Jair Bolsonaro no Brasil, também em 2018.

A combinação astuciosa da história no continente latinoamericano (para parafrasear criticamente Nancy Fraser que, por sua vez, inspirou-se em Hegel, em sua tese sobre a assimilação neoliberal do feminismo nesta transição de século<sup>14</sup>) se dá entre uma agudização da dependência econômica reatualizada por mecanismos financeiros internacionais e uma resposta política contundente de agremiações conservadoras antifeministas ao crescimento do movimento de mulheres e suas respectivas conquistas nestes países. Antes de mais nada, o que está em xeque é a luta pela readequação da função econômica da família entre projetos políticos em tensão permanente, que reagem à crise histórica de reprodução do capital e projetam ideários de reprodução social.

Especificamente no Brasil, a porosidade permitida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2014) ao movimento feminista se deu particularmente com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de Ministério, e as suas Conferências Nacionais. Não sem contradições já demonstradas por avaliações

---

<sup>13</sup> SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

<sup>14</sup> FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*-Revista de Ciências Sociais, 2009.

críticas dessas experiências<sup>15</sup>, o ingresso de quadros históricos do feminismo brasileiro, empurradas pelo movimento atuante nas ruas, na institucionalidade estatal, fez avançar políticas públicas voltadas às mulheres pobres, como a publicação da Lei Maria da Penha em 2005, a criação da Casa da Mulher Brasileira para o atendimento integrado de mulheres em situação de violência em 2015, a publicação da Lei do Femicídio naquele mesmo ano, tipificando a conduta do assassinato de mulheres. Há uma contribuição institucional no período (portarias e normativas) para responder à violência doméstica e aos direitos sexuais e reprodutivos. Outras políticas sociais também se voltaram expressamente às mulheres pobres, como o Programa Bolsa Família<sup>16</sup>, o Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>17</sup>, o Programa Brasil Carinhoso<sup>18</sup> e o Programa Melhor em Casa<sup>19</sup>. Em termos de proposição legislativa, há que se marcar tanto os significados históricos e simbólicos da regulamentação do emprego doméstico em 2015, quanto sua limitação não apenas no que se refere ao pequeno grau de efetividade da lei, assim como na própria definição *a priori* do status legal das trabalhadoras domésticas, de partida bem menos vantajoso em relação àqueles previstos na (moribunda) Consolidação das Leis do Trabalho<sup>20</sup>.

Não pretendo fazer aqui uma análise crítica sobre essas experiências, mas quero sinalizar que são produtos históricos da luta das mulheres no Brasil, mesmo que tenham vingado precariamente quando aplicados como políticas públicas. Neste mesmo período, no entanto, inflexões do Partido dos Trabalhadores cederam terreno ao neoconservadorismo religioso, como, por exemplo, o lançamento da Rede Cegonha, cuja configuração se enfrentava com a concepção de política para direitos sexuais e reprodutivos reivindicada pelas feministas há décadas<sup>21</sup>, além da já simbolizada

---

<sup>15</sup> MARCONDES, M. M., DINIZ, A. P. R., & FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista Do Serviço Público*, 69(2), 2018, p 36-62.

<sup>16</sup> CARLOTO, Cássia Maria, MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, 11.2 (2012): p. 258-272.

<sup>17</sup> SILVA, Kamila Anne Carvalho. *Mulheres e o direito à moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, 2015.

<sup>18</sup> NAZARENO, Luísa de Azevedo. *O programa Bolsa Família e o mercado de trabalho informal: uma análise de impacto da ação Brasil Carinhoso*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília, 2014.

<sup>19</sup> MIOTO, RCT; DAL PRÁ KR. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: Mioto RCT, Campos MS, Carloto CM, organizadoras. *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 147-78.

<sup>20</sup> THEODORO, Yasmine Braga. *A Consubstancialidade entre classe, gênero e raça: a regulamentação da PEC das domésticas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

<sup>21</sup> CARVALHO, Layla Pedreira. *Mulher ou cegonha? As disputas em torno das políticas de saúde e os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil dos anos 2000*. Apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2015.

suspensão da campanha antihomofobia nas escolas<sup>22</sup>. Estes retrocessos se deveram ao modo petista de coalizão governamental, que implicou a cessão de ampla fluidez institucional à bancada religiosa no Congresso Nacional. Na crença dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a hegemonia seria garantida pela contradição entre o avanço do progressismo nas políticas públicas contornadas pelo executivo e judiciário e a aquiescência com o crescimento de conservadores no comando do legislativo.

A mobilização do ressentimento antiprogressista neste período de embates gestou então seu supertrunfo: o combate à “ideologia de gênero” passou a ser a principal bandeira de aglutinação conservadora contra a esquerda, diante de riscos emergentes de “destruição da família”. O alegórico ano de 2015 foi marcado pelo fortalecimento da direita e da extrema-direita a partir das primeiras manifestações de rua pelo impeachment de Dilma Rousseff, mas também pelas marchas feministas contra Eduardo Cunha, então presidente da Câmara de Deputados, que liderava uma campanha pela inviabilização do acesso legal ao aborto em casos de estupro com a tramitação do Projeto de Lei n. 5069.

Neste mesmo ano, a então chamada “Primavera Feminista” seria selada pela Marcha das Margaridas, reunindo cerca de cem mil mulheres brasileiras do campo e da floresta em agosto e pela Marcha das Mulheres Negras, com a ocupação do Planalto por 50 mil mulheres, gravando na história um novo momento do feminismo negro brasileiro em novembro<sup>23</sup>. Ainda em 2015, uma onda de ocupação de escolas públicas foi protagonizada por meninas secundaristas das periferias dos grandes centros urbanos. Neste contexto, como rastilho, uma campanha inaugural de hashtags se proliferou ineditamente para a denúncia de assédios sofridos por mulheres (#meuprimeiroassedio). Tal ano termina com o encaminhamento por Eduardo Cunha do pedido de impeachment de Dilma, primeira mulher a chegar à presidência no país, primeira mulher a ser dela deposta.

### **As mulheres e a ascensão do bolsonarismo**

A defesa da família tomada como “pauta de costumes” acendeu uma longa discussão sobre a natureza de “fogo ou fumaça” do programa neoconservador para o país desde então, dividindo compreensões na esquerda. Mas é apenas o recurso às bases materiais do conflito que pode nos fornecer elementos fundos de explicação sobre a fertilização do conservadorismo atual como dominação política. O estado gasoso da fumaça se liquefaz. O furor misógino de profundas raízes da nossa formação social que o bolsonarismo encarna - e que se preludia a partir do traumático assassinato político de Marielle Franco em março de 2018 -, quando tornado governo, produziu novos parâmetros históricos de marcha ao passado. A fumaça irracional passou a se espalhar

---

<sup>22</sup> CÉSAR, M. R., & DUARTE, A. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, 33(66), 2017, p. 141–155.

<sup>23</sup> LEMOS, Rosalia de Oliveira. *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Política Social): Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

como uma razão operativa e sistêmica, alimentada por um fogo tão real quanto medieval.

A cruzada institucional contra as mulheres nestes quatro anos atingiu radicalmente seus alvos e não há como reduzir este fato a apáticos pronomes quantitativos de “mais” ou “menos”, mas, mesmo assim, vamos lá às medições estatísticas: as mulheres foram mais assassinadas por feminicídio<sup>24</sup>; os filhos das mulheres negras brasileiras foram mais assassinados<sup>25</sup>; as mulheres brasileiras estão mais desempregadas<sup>26</sup>; as mulheres brasileiras estão mais pobres<sup>27</sup>; as mulheres brasileiras são as mais endividadas<sup>28</sup>; as mulheres brasileiras estão mais famintas<sup>29</sup>; as mulheres brasileiras personificam, enfim, a insistência precária da sobrevivência chefiando cada vez mais famílias<sup>30</sup>. A degradação material e psíquica na vida das brasileiras negras, pobres e trabalhadoras revela a piora estrutural de vida nos anos em que o bolsonarismo esteve no poder. Famélicas da terra, vítimas da fome, as mulheres pobres são o primeiro e último recurso de um país que prossegue seu achatamento histórico.

É certo que a potência feminista demonstrada em 2018 com o *Ele Não* foi combatida pela tendência ainda mais desfavorável da ascensão do bolsonarismo. O movimento feminista brasileiro, ao revés das experiências de outros países latinoamericanos no mesmo período, se enfraqueceu e se desorganizou, é verdade. A ocorrência da pandemia no mundo certamente influiu para este estado inibitório, considerando as difíceis condições enfrentadas pelas mulheres na intermitência da sobrevivência e os óbices para a realização de reuniões políticas presenciais. Mesmo assim, com a omissão ativa e sistemática do governo federal na prestação emergencial aos mais pobres e desprotegidos, as lideranças femininas populares responderam à situação de calamidade organizando redes de ajuda mútua em suas comunidades; as mulheres mais precarizadas no mercado de trabalho produziram itens de proteção, como a confecção em larga escala de máscaras de pano não fornecidas pelo Estado, por meio de uma economia da “viração”; e as trabalhadoras da saúde, dos serviços assistenciais, da educação e da limpeza foram consagradas como “essenciais”. Foi preciso que a morte

---

<sup>24</sup> FLORES, Júlia. Feminicídios aumentam e casos de estupro voltam a crescer no Brasil. *Portal UOL*, 10.12.2021.

<sup>25</sup> ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. *Portal G1*, 31.08.2021.

<sup>26</sup> SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Darlan. Taxa de desemprego entre mulheres atinge recorde de 17,9%. *Portal G1*, 27.05.2021.

<sup>27</sup> Crise econômica deixa mulheres mais vulneráveis ao desemprego, à fome e à violência doméstica. *Jornal Nacional*, 13.06.2022.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Fernanda; GONSALVES, Wesley. Mulheres estão mais endividadas, e o maior vilão é o cartão de crédito. *Estado de São Paulo*, 09.08.2022.

<sup>29</sup> PENA, Ana Cândida; LA TERZA, Carolina. Crise da pandemia causa "feminização da fome" no Brasil. *Portal UOL*, 24.06.2022.

<sup>30</sup> DETLINGER, Jennifer. Donas dos lares: a realidade das mães que chefiam as famílias no Brasil. *Portal UOL*, 23.04.2022.

ameaçasse a todos de perto para que a elas fosse reconhecida alguma dignidade em vida, ainda que só verbal. O trabalho vivo feminino, especialmente negro, pôde então ser entrevistado de acordo com sua importância como *condição geral* ou *linha de frente* da economia.

### **Pandemia e a crise brasileira da reprodução social**

A pandemia, diante da guerra da reprodução social instada nos últimos anos, fez desnudar o conteúdo da crise reprodutiva em curso e, de certo modo, postulou de novas formas nossa questão social. Uma extensividade histórica do “doméstico privado” para o “econômico público” pôde ser observada com o dilema do confinamento em larga escala. O que aconteceu dentro das casas brasileiras tornou-se uma questão política inevitável. O trabalho essencial de reprodução familiar foi intensificado e recombinação com o trabalho no exterior dos lares pela larga maioria que não pôde aderir ao “fica em casa”, embora a exploração do trabalho tenha também se intensificado com seu desempenho alargado na forma *home office* e no ensino a distância. Como sugerem Verónica Gago e Lucía Cavallero, a casa se tornou um laboratório<sup>31</sup>.

A requalificação econômica do âmbito doméstico, por um lado, e a criação da ideia de essencialidade para definir trabalhos socialmente femininos, por outro, revelou a disputa estratégica “superestrutural” que recobre a dinâmica infraestrutural da reprodução coletiva. Como um embaralhamento da histórica reivindicação do “pessoal como político” de gerações pregressas do feminismo, na experimentação mundial da pandemia o trabalho assalariado adentrou o âmbito doméstico para além das formas precárias de geração de renda de que as mulheres pobres são precursoras há muito tempo, desde a “uberização antes do Uber”, para recordar a hipótese de Ludmila Abílio<sup>32</sup>.

A combinação contraditória e necessária entre a exploração da capacidade de trabalho das mulheres pelo capital e a despossessão de meios de vida a que estão submetidas com o arrefecimento da oferta dos serviços públicos, tornou-se ainda mais veemente, mais impossível - a despeito de ter sido pavimentada como o “único possível” no deserto de garantias sociais do governo bolsonarista. Em conjunto com esta exacerbação do trabalho pago e não pago, agora confundidos mais que nunca no tempo e no espaço, as mulheres brasileiras também sofreram pelo endividamento sistêmico. Se numa época anterior, a dívida foi estruturada como via da cidadania periférica incompleta a milhões de famílias pobres, hoje o fenômeno do endividamento parece revelar-se em toda a extensão de seu conteúdo de despojo social estrutural.

As “dívidas da casa”, anteriormente responsivas ao aumento do consumo enaltecido de celulares, geladeiras, motos e apartamentos, agora podem ser enxergadas cruamente como o padrão crítico e inflacionário da reprodução social. Oito em cada dez famílias brasileiras estão endividadas, mas agora parte substancial destas contraem

---

<sup>31</sup> CAVALLERO, Lucía; GAGO, Verónica. *La casa como laboratorio*: Finanzas, vivienda y trabajo esencial. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

<sup>32</sup> ABILIO, Ludmila Costhek. *Uberização*: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.

encargos para suprirem itens básicos da vida doméstica, como aluguel, compras de mercado e contas de luz, água e gás. Com os rendimentos em queda, a dívida transformou-se no único caminho para sustentar a sobrevivência, multiplamente precarizada com a tirania dos juros bancários, que capitalizam as necessidades mais elementares da reprodução e modificam a dinâmica da domesticidade.

A dívida recai essencialmente sobre mulheres responsáveis por suas famílias, que são 70% das pessoas endividadas. A incerteza da renda na pandemia é apenas a ponta de um *iceberg* formado há longos anos. A reestruturação econômica no Brasil pós década de 1990 já apontava para uma realidade laboratorial que tinha as mulheres como cobaias preferenciais. O fim do tardio e breve assalariamento fordista periférico alocado na indústria como forma dominante de sobrevivência proletária no país deu lugar à precariedade, à intermitência, à rotatividade e à má remuneração dos postos de trabalho, sobretudo no setor de serviços, mesmo no intervalo histórico de valorização do salário mínimo durante os governos petistas<sup>33</sup>.

No momento em que é sentido mais substancialmente este modelo econômico baseado no “inchaço do terciário” repaginado, em que o “salário família” já não existe há tempos e o aumento de famílias “monomarentais” consagra-as como configuração predominante de sobrevivência, o desemprego e o endividamento feminino eclodem como um combo histórico da reprodução crítica. Não é um desaviso que Bolsonaro tenha repetido no curso da campanha seus programas voltados às “mulheres sem marido”. Trata-se não de um problema de desamparo conjugal, mas de um tipo de arranjo social pelo qual Bolsonaro quer imputar às mulheres a responsabilidade. Se as mães criam sozinhas seus filhos, o problema essencial é delas, que não têm marido.

Ao mesmo tempo, a condição de violência física, material e psicológica por cônjuges contra as mulheres dentro dos lares subiu durante a pandemia, sobretudo em relação às mulheres negras, mais alvos do feminicídio e das mortes por abortos inseguros<sup>34</sup>, assim como também foi intensificada a opressão contra as mulheres que trabalham fora, alvos constantes de abuso sexual, lesão física, sequestro e tortura psicológica<sup>35</sup>. A casa assolada por violência tem alto grau de conhecimento entre os brasileiros, segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão<sup>36</sup>: 57% conhecem alguma vítima de ameaça de morte pelo atual ou ex-parceiro; 37% conhecem uma mulher que sofreu tentativa ou foi vítima de feminicídio íntimo. Para 9 em cada 10 brasileiros, o local de maior risco de assassinato de mulheres é dentro de casa, por um parceiro ou ex. Ou seja, é algo de percepção rotineira para as pessoas, a despeito da gritante subnotificação existente e em franca ampliação com o desarme geral da política de

<sup>33</sup> BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>34</sup> GOES, Emanuelle. Aborto inseguro é das principais causas de morte materna e mulheres negras sofrem mais. *Agência Pública*, 28.05.2021.

<sup>35</sup> Mulheres negras são a maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. *Portal da Câmara dos Deputados*, 30.11.2021.

<sup>36</sup> *Percepções da população sobre feminicídio*. Instituto Patrícia Galvão, 2021.

enfrentamento à violência contra as mulheres pelo governo Bolsonaro<sup>37</sup>. Não casualmente, a identificação da virulência, agressividade e defesa das armas é o que produz uma falta perdurante da empatia das mulheres com o capitão reformado.

Retornando ao lugar da casa, torna-se então um elemento renovado em importância para a questão social brasileira, haja vista condensar tempos e espaços, trabalho com preço e trabalho sem preço, violências misóginas e bancárias. Um enorme vulto de representações imaginadas sobre a casa é mobilizado pela ideologia religiosa. A propaganda bolsonarista sobre a domesticidade se diferencia então do modo especificamente neoliberal na formulação da política social. A domesticidade mitológica patriarcal imaginada pelo neoconservadorismo não corresponde à configuração das famílias brasileiras mais empobrecidas, mas, ainda assim, quer regê-las, valendo-se inclusive do esteio das igrejas para sua adesão. Alcançando seu paroxismo sob o bolsonarismo, o amálgama ideológico entre a “família” e o “mercado” – que rejeita a própria esfera social enquanto tal<sup>38</sup> – parece corresponder às necessidades da acumulação ultraneoliberal (em especial na periferia) e, por conseguinte, ao caráter do trabalho reprodutivo feminino em face das consequências sociais invariavelmente por ela produzidas.<sup>39</sup>

O “voluntariado” de Michelle Bolsonaro, instituído por um Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado que ela mobilizou discursivamente durante a pandemia, representa exatamente o sentido conferido pelas mulheres neoconservadoras e antifeministas associadas ao governo Bolsonaro às mulheres pobres: a caridade de vitrine para a cooptação religiosa. Damares Alves e Michelle Bolsonaro promoveram juntas vários dos programas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Cortando em níveis inéditos o orçamento ressalvado para o combate à violência contra as mulheres, o Ministério remodelou e renomeou antigos programas, adequando-os à concepção de família defendida pelo bolsonarismo. Além disso, atuaram pela “vida desde a concepção” por meio de uma campanha sadicamente implacável contra o abortamento autorizado em crianças que haviam sido estupradas. A polarização, nos termos destas duas figuras antifeministas, se dá entre o bem e o mal, entre um senhor divino e uma ameaça demoníaca. A representação feminina subordinada tem o dom da salvação e da purificação. Não à toa, a comparação feita pela

---

<sup>37</sup> BRANDALISE, Camila. Governo Bolsonaro acentuou desmonte de políticas para mulheres, diz IPEA. *Portal UOL*, 01.07.2022.

<sup>38</sup> “É sintomático que são precisamente a existência da sociedade e a ideia do social – sua inteligibilidade, seu refúgio de poderes estratificantes e, acima de tudo, sua adequação como um local de justiça e do bem comum – o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente. Denunciada como um termo sem sentido por Hayek e notoriamente declarada inexistente por Thatcher (‘não existe tal coisa...’), ‘sociedade’ é um termo pejorativo para a direita hoje, que denuncia os ‘guerreiros da justiça social [Social Justice Warriors ou sjws] por minar a liberdade com uma agenda tirânica de igualdade social, de direitos civis, de ação afirmativa e até mesmo de educação pública”. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020, p. 38-39.

<sup>39</sup> “...enquanto os investimentos sociais na educação, habitação, saúde, cuidado infantil e seguridade social são reduzidos, delega-se novamente à família a tarefa de prover para todos os tipos de dependentes – jovens, velhos, enfermos, desempregados, estudantes endividados ou adultos deprimidos ou viciados” Idem, p. 51.

circulação de imagens e filmagens da primeira-dama dirigido ao público pentecostal é a Rainha Ester, uma alteza sagrada que elege um messias. Como uma mocinha das novelas bíblicas da Record, Michelle Bolsonaro produz um engajamento que humaniza e reduz a truculência e por isso é essencial no segmento feminino evangélico.

Não é que a família como uma “necessidade de divisão de proteínas alimentares compradas a crédito” ou a família como a “unidade fundamental da nação do Senhor” sejam compreensões polares, uma realista e outra mitológica. A ideologia *celestial* mostra-se aqui um ingrediente necessário para a acumulação *terrenal* do capital, e a *Sagrada Família*, para Michelle, Damares e consortes, não é senão – creiam ou não estas naquela – um meio para que as empobrecidas famílias trabalhadoras de carne e osso, endividadas e desprotegidas até a *alma*, dependam cada vez mais do trabalho não pago de cuidado das mulheres *caruais*, dentre as quais, como se sabe a carne mais barata é a da mulher negra. Há um pragmatismo radical no fascismo que lida com o imperativo da manutenção social baseada na responsabilização das mulheres. Ou seja, não se trata apenas do paradigma neoliberal da obrigação do Estado na prestação da reprodução social ser transferida para as mulheres e famílias, de modo a desincumbir os fundos públicos da aplicação em direitos sociais. Trata-se de transferir a responsabilidade, mas ao mesmo tempo retomar a responsabilidade por um modo de gestão autoritária da vida das mulheres sob um outro propósito político de poder.

Economicamente, toda a essencialidade residida no trabalho de reprodução social, e notabilizada pelo público durante a experiência da pandemia, também se tornou alvo de confrontação do neoconservadorismo, que combinou sua guerra às mulheres com a desvalorização ou subvalorização conferida pelo capital a estas mesmas trabalhadoras. Neste sentido, a mera reprodução da vida no Brasil em 2022 exprime sua negatividade hegeliana, enquanto o essencial da acumulação capitalista nestas terras, a positividade de uma vida social cada vez mais mortificada, segue sendo o próprio descarte, agora subjacente a um mosaico de riscos neuróticos, que vão do atrevimento de trabalhadoras domésticas viajando a Disney até as maldições de vírus chineses.

Ainda assim, e mesmo com a ofensiva neoconservadora e a produção do pânico moral em múltiplos tentáculos com a alçada do bolsonarismo ao poder, é inegável também que o feminismo, desde antes de 2018, vinha sendo aderido como comportamento positivo pelas organizações privadas de hegemonia. Pasteurizar o recente curso de lutas feministas no mundo era uma importante sofisticação de referências comportamentais, a fim de dirigir o consumo feminino na internet. Esta propagação auxilia as mulheres proprietárias na disputa neoliberal pelo poder econômico e político, haja vista sua presença crescente na cadeia hierárquica de mando nos desenhos institucionais e empresariais em geral. Pelo menos desde os anos 1970, formam-se quadros femininos dotados de alta especialização que precisavam garantir seu lugar represado na concorrência corporativa de gerentes e executivos. Esta inteligência orgânica capitalista evidentemente reverbera o período de lutas populares desempenhadas por mulheres, mas assalta a sua negatividade universal, vocalizadora das lutas da classe trabalhadora pela sua reprodução, para positivá-la no âmbito da sua

individualização - seja ela na forma de uma empresária que precisa buscar seu sucesso no mercado, seja na forma de uma pobre mãe que precisa de crédito para tornar-se uma microempresendedora individual.

O que explica que duas herdeiras proprietárias do centro-oeste tenham sido bem avaliadas pelos grupos focais da medição técnica das respectivas campanhas dos candidatos durante as aparições da disputa? Sem dúvida, uma percepção mais positiva sobre os direitos das mulheres aflorados neste episódio eleitoral, e que as lutas feministas vieram abrindo para que sejam decisivos politicamente agora. Tebet e Thronicke - cujo passado em defesa da propriedade privada da terra dispensa citações já exaustivamente feitas ao longo da campanha - referendam a necessidade de oposição à misoginia bolsonarista e postulam o feminismo como verdadeira “terceira via”. Simone Tebet, que agora usa o slogan *ela sim, eles não*, provavelmente não coubesse na ampla ação unitária do movimento em 2018, mas hoje é alternativa de significativa parte do grande empresariado signatário de cartas pelo Estado Democrático de Direito. Ali em 2018, tratava-se de uma frente de movimentos feministas de esquerda que angariou segmentos políticos liberais democráticos simpáticos ao feminismo como sinônimo de exigência democrática. Hoje, trata-se de uma unidade política liberal que centraliza a política de campanha.

O potencial da discussão pública ampla sobre os direitos das mulheres não é o da neutralização operada por Tebet quando alegou proteger a médica Nise Yamaguchi durante a CPI da covid-19 contra “ofensas machistas”, porque as mulheres “vão pacificar o país”. Esta operação é a negação do feminismo classista em nome da positivação do feminismo como um termômetro comportamental abstrato, de identidade formal, que suprime discursivamente o antagonismo social brasileiro, no qual as mulheres negras e pobres estiveram de um lado reivindicando comida no prato e vacina no braço e do outro lado esteve a tal médica, carimbando seu CRM na homicida experimentação social da imunidade de rebanho.

Nesse mesmo sentido, é da retumbante verdade “a sua empregada viu” dirigido a Soraya Thronicke no debate na TV Bandeirantes que Lula, mais que nunca, precisou extrair sua estratégia de campanha. Não é apenas um horizonte de melhoras redistributivas que pode dar ao feminismo alguma conotação de classe na disputa, mas, ao contrário, é a partir da defesa das mulheres mais exploradas e oprimidas que o classismo pode entrar em cena e ganhar adesão entre os trabalhadores mais pobres indecisos, e, principalmente, entre as trabalhadoras pobres indecisas. É esta a necessidade programática materializada na defesa do trabalho e renda, desoneração da dívida, habitação, educação, saúde, assistência etc.

A inadimplência feminina não é um fato novo, mas requalificou-se enquanto problema econômico num país em que as mulheres são crescentemente empobrecidas e, ao mesmo tempo, responsabilizadas pela sobrevivência familiar; em que mulheres se endividam para trabalhar e ao mesmo tempo não ganham o suficiente para pagar suas dívidas. Por isso, qualquer programa feminista precisa adequar a centralidade da dívida, do trabalho e da habitação, sobretudo como conclusões políticas produzidas pela experiência da pandemia e da escala inflacionária oriunda, que atinge o preço de combustíveis, gás, luz, aluguel e alimentos.

Como apontam as últimas pesquisas, são as mulheres pobres aquelas que não apenas rechaçam Bolsonaro, como também representam uma nova aposta em Lula depois de todo o processo reacionário estimulado a partir de 2015. As mulheres pobres também expressam nas pesquisas a conclusão de sua experiência intermitente com a prestação do Auxílio Brasil desde 2020, que, com sua provisoriidade arbitrária, dificultou qualquer planejamento doméstico. As pesquisas demonstram que as mulheres têm a sensação de que a renda prometida por Bolsonaro em campanha é provisória e eleitoralmente oportunista.

### **Considerações Finais**

Diante deste levantamento, gostaria de sublinhar a necessária elaboração da essencialidade como um conjunto de direitos e garantias mínimas, reconhecendo que as mulheres estão em primeira linha na manutenção coletiva, como se dá agora na disputa sobre o piso salarial das enfermeiras (de novo, o braço de ferro econômico entre o essencial e o descarte). Ao contrário de suprimir o trabalho como questão feminista para dar lugar a outras “bandeiras liberais democráticas”, o trabalho volta ao centro da disputa de sua valorização diante da noção reabilitada de essencialidade, e assim já vinha sendo desde o trabalho de propaganda produzido pelas mobilizações nacionais e as greves internacionais feministas.

Por fim, além da imprescindível detecção do sentido programático feminista na campanha Lula, impositivo desta reestruturação nas relações de classe em torno da reprodução, há também um balanço político entreaberto a ser praticado agora pela sua direção. Em 2018, embora as mulheres petistas tenham sido parte ativa da organização dos atos, vigeu na cúpula do Partido dos Trabalhadores a conclusão de que a mobilização do *Ele Não* assanhou as forças reacionárias que levaram ao triunfo bolsonarismo e desvirtuaram a disputa de seus “verdadeiros sentidos”, por meio de uma polarização forçada, apelando convenientemente às mesmas raízes conservadoras e antifeministas da sociedade brasileira para justificar uma posição recuada sobre o processo político. O mesmo procedimento está sendo feito por dirigentes de esquerda agora, nas últimas semanas, para justificar a derrota da proposta constituinte no Chile.

O abandono dessa compreensão atrasada não deve ser apenas um ato de boa vontade destas direções com as novas gerações de mulheres lutadoras, mas uma necessidade histórica a serviço de inaugurar um momento de superação do neofascismo no poder. O *Ele Não*, como espectro, transbordará as urnas e seguirá rondando: a luta de vida e morte entre as mulheres e a extrema-direita ultraneoliberal rumará no Brasil e na América Latina para muito além de outubro.

Artigo recebido em 30.9.2022

Aprovado em 5.11.2022